



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata da Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2018

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal na Sala das Sessões nos Paços do Concelho.

PRESENTES:

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Fernando Miguel Pinho de Faria Bravo, em substituição do Senhor Deputado Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira, em substituição do Senhor Deputado João Pedro Furtado Cunha Semedo); Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança de Assunção de Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Maria Luísa Machado Pereira Botelho Magalhães, em substituição do Senhor Deputado Pedro Luís da Rocha Baptista; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Pedro Braga de Carvalho; Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Pedro Miguel Cardoso Lourenço, em substituição da Senhora Deputada Bárbara Lopes Veiga; José António de Abreu Gonçalves Seródio; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição do Senhor Vereador Rui Carlos Morais Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; Diogo Miguel de Sá Meireles; Bebiana Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;



Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, Alda Regina da Silva Pena, em substituição do Senhor Presidente da Junta de freguesia do Bonfim, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Filipe Jorge Coelho da Silva Oliveira, em substituição do Senhor Presidente de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira; União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca; União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificando-se a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** declarou aberta a sessão. Informou que, de acordo com o que foi combinado na reunião de Líderes, procederiam, em primeiro lugar, às eleições de um novo membro para Comissão Executiva Metropolitana e dos membros para o Júri de recrutamento de cargos de direção superior de 1.º grau. Lembrou que os Senhores Presidentes de Junta e de Uniões de Freguesia não votariam o candidato à Comissão Executiva Metropolitana.

1. Eleição de novo membro para Comissão Executiva Metropolitana.

Terminado o escrutínio, por voto secreto, contados os votos, o Senhor Presidente informou o resultado da votação da eleição do **Candidato a membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto:**

- **Luís Miguel Marques Neves**

- Votos a favor: 24;
- Votos contra: 3;
- Votos em Branco: 11;
- Votos Nulos: 0.

2. Votação da designação do Júri de recrutamento dos cargos de direção superior de 1.º grau, cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau ou inferior.



A) Composição do Júri de recrutamento de cargos de direção superior de 1.º grau:

– **Presidente:** Prof.ª Doutora Isabel Macedo Pinto, Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

– **Vogal:** Dr.ª Paula Marques, Executive Director da Porto Business School.

– **Vogal:** Dr.ª Sónia Martins Alves, Diretora dos Recursos Humanos do Grupo Soja de Portugal.

Terminado o escrutínio, por voto secreto, contados os votos, o Senhor Presidente informou o resultado da votação da designação do Júri de recrutamento de cargos de direção superior de 1.º grau:

- Votos a favor: 36;
- Votos contra: 0;
- Votos em Branco: 9;
- Votos Nulos: 0.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite colocou à votação a ata da sessão extraordinária de 4 de dezembro de 2017.

Aprovada, com 2 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite informou que o novo líder da bancada do Grupo Municipal Porto Autêntico é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Machado.

Deu conhecimento do expediente recebido:

– Moção de apoio ao “Movimento pelo interior – em nome da coesão”, enviada pelo Grupo Municipal do PSD da Assembleia Municipal da Guarda.

– Apelo à solidariedade e participação na luta em defesa do serviço postal público, enviado pelo SNTCT – Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) solicitou fotocópias dos dois documentos.



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite deu início ao período de apresentação das propostas de recomendação.

– Proposta de Recomendação “Dignificar a Assembleia Municipal do Porto, garantir a participação cidadã”, subscrita pelo BE.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) apresentou a proposta de recomendação do seu grupo municipal.

Considerou que o sistema de inscrições e a limitação de vinte e oito lugares para os munícipes poderem intervir nas sessões na Assembleia Municipal condicionam a sua participação. Disse que, no seu entender, aquele órgão municipal, que devia ser a casa da democracia da cidade, ao condicionar a participação das pessoas não está a cumprir o seu papel.

Referiu-se às condições precárias do local disponibilizado para a reunião daquele órgão municipal. Disse que dignificar a Assembleia Municipal é garantir condições para o seu bom funcionamento.

Disse que o BE espera que os restantes grupos municipais presentes partilhem daquelas preocupações e que reconheçam a importância de se dignificar a Assembleia Municipal, garantindo a participação dos cidadãos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite disse que não tem memória de alguma vez ter sido recusada a presença a qualquer cidadão, embora possa haver inscrições superiores ao número de lugares disponíveis.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) quanto ao modo de inscrição dos munícipes, disse que se tem feito um esforço para melhorar a situação no âmbito de conferência de líderes que é o local próprio para tratar de assuntos dessa natureza.



Concordou com o Senhor Presidente da Mesa no que diz respeito ao número de lugares estipulados para os munícipes poderem estar presentes nas sessões da Assembleia Municipal.

Considerou que a proposta do BE é muito vaga, nomeadamente quando propõe que se criem as condições necessárias ao bom funcionamento daquele órgão deliberativo. Lembrou que, no passado, foi feita uma sala, de raiz, especificamente para o funcionamento da Assembleia Municipal, mas que por votação unânime de todos os membros, as sessões da Assembleia voltaram a realizar-se na sala de reuniões do Executivo.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) pediu permissão ao BE para os dois pontos da sua proposta serem votados separadamente.

Disse que o PS subscreve a preocupação do BE. Explicou que por se considerar que a sala de reuniões do Executivo não tinha as condições ideais para o funcionamento da Assembleia Municipal é que se planeou uma sala no quinto piso do edifício dos Paços do Município. Acontece que a referida sala tinha condições bem piores, pelo que se decidiu, consensualmente, voltar a reunir na Sala de reuniões do Executivo.

Disse que tem conhecimento que os Senhores Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal têm desenvolvido esforços no sentido de se tentar encontrar uma solução, mas isso não desmerece a recomendação do BE.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite informou que o BE aceitou que a sua proposta fosse votada ponto por ponto.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) perguntou como é que vai ser feita a gestão do tempo e qual a metodologia adotada para a discussão das quatro propostas de recomendação que estão em cima da mesa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite disse que o tempo estipulado para o período antes da ordem do dia são vinte minutos, sendo que o tempo para apresentação de cada uma das recomendações é de dois minutos, podendo conceder-se uma tolerância de mais um minuto.



Apelou a todos grupos municipais para tentarem cumprir os tempos estipulados de forma a não ultrapassarem em demasia os vinte minutos.

Submeteu à votação a proposta de recomendação do BE.

Ponto 1

Aprovado, por maioria, com 23 votos a favor (PS, PA, CDU, BE e PAN), 21 votos contra (RM) e 1 abstenção (PS).

Ponto 2

Rejeitado, com 7 votos a favor (RM, PS e BE), 19 votos contra (RM) e 19 abstenções (PS, PA, CDU e PAN).

– Proposta de recomendação “Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do Município do Porto”, subscrita pelo BE.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) leu a proposta de recomendação do Grupo Municipal do BE sobre a regularização de todos os vínculos precários no Município do Porto.

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) deu nota que o PS subscreve as preocupações apresentadas pelo BE na sua proposta de recomendação.

Referiu que a Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e que, na sequência da publicitação da Lei, foi solicitado à DGAL um guião que permitisse às autarquias com o apoio técnico das CCDR, avançar com os referidos programas, respeitando naturalmente a autonomia do Poder Local.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) deu conta que, em 17 de outubro de 2017, foi remetido à DGAL um mapa onde constam dois trabalhadores com contrato a termo



inferior a três anos e sete beneficiários ao abrigo do contrato de emprego/inserção, que não estão incluídos, uma vez que o programa não contempla esses trabalhadores nos quadros a preencher.

Lembrou que a Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, foi publicada depois da aprovação do Orçamento e do Mapa da Autarquia para 2018, pelo que este não podia contemplar o número de postos de trabalho relativos a necessidades permanentes. Contudo, atendendo ao processo de contratação ao abrigo do PREVPAP, estão reunidas as condições para a sua atempada conclusão, não sendo, por isso, necessária nenhuma outra atuação naquela matéria.

Declarou que vai abster-se na votação daquela proposta.

Aprovada, por maioria, com 18 votos a favor (PS, CDU, BE e PAN), 3 votos contra (RM) e 24 abstenções (RM e PA).

– Proposta de recomendação "Para que se realize uma auditoria aos contratos de concessão da limpeza que vigoram entre 2008 e 2017; apresente os respetivos resultados à Assembleia Municipal do Porto de forma a que os mesmos possam ser analisados e debatidos".

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) apresentou a proposta de recomendação subscrita pelo Grupo Municipal da CDU.

Referiu que o Município do Porto pagou vinte milhões de euros a mais do que tinha contratado no último contrato de concessão da limpeza, o que teve por consequência o aumento da tarifa de resíduos sólidos a pagar pelos portuenses.

Sugeriu que, a bem da transparência, fosse feita uma auditoria para se aferir que motivos deram origem àquele gasto extraordinário.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) disse que, na sua opinião, a CDU devia congratular-se por se ter encontrado uma solução mais económica para a limpeza urbana e recolha de resíduos, que irá, naturalmente, refletir-se nas finanças dos portuenses.

Declarou que a sua bancada vai votar contra a proposta recomendação da CDU.



Rejeitada, com 17 votos a favor (PS, CDU e BE), 27 votos contra (RM e PA) e 1 abstenção (PAN).

– Por um Plano Municipal de Mobilidade Sustentável.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) apresentou a proposta de recomendação subscrita pelos Grupos Municipais do PAN e de Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido.

Tendo em conta os considerandos referidos na proposta apresentada, propôs que a Assembleia Municipal recomendasse à Câmara Municipal o desenvolvimento de um plano municipal para a mobilidade sustentável com o objetivo de integrar os pontos expostos na moção e reforçar o compromisso da Câmara Municipal naquela matéria.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PA) disse que o PSD está genericamente de acordo com a proposta apresentada, embora considere que ela é manifestamente insuficiente para a resolução dos problemas de mobilidade na cidade do Porto.

Declarou que a sua bancada vai votar favoravelmente aquela recomendação.

O Senhor Deputado Belmiro Magalhães (CDU) disse que aquela proposta tem o mérito de trazer à Assembleia Municipal, mais uma vez, um assunto particularmente importante – a mobilidade -, que coloca à cidade e às entidades públicas desafios importantes, mas que não são fáceis de resolver.

Considerou difícil, ou muito incompleto, abordar o tema da mobilidade sem discutir os transportes públicos, tanto mais que o Município tem atualmente responsabilidades sociais naquela matéria, nomeadamente no que diz respeito à gestão da STCP.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) considerou que a proposta apresentada é bastante vaga, mas também muito otimista nos seus propósitos.

Fez várias críticas sobre a governação da Câmara Municipal nos últimos quatro anos, nomeadamente no que diz respeito à mobilidade.



Disse que o BE vai votar favoravelmente aquela proposta, embora esteja bastante cético em relação ao que a Câmara fará naquela matéria.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) explicou que não era intenção do PAN nem do movimento Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido lançarem, num período antes da ordem do dia, um debate sobre a mobilidade na cidade do Porto. Disse que o sentido daquela recomendação é elogiar o Executivo pelo muito que tem feito na área da mobilidade, com incidência no urbanismo e no ambiente.

Aprovada, por maioria, com 40 votos a favor (RM, PS, PA, BE e PAN) e 5 abstenções (PS e CDU).

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) mostrou-se preocupado pelo facto de os CTT pretenderem encerrar os códigos postais de 4000 a 4050 do centro de distribuição postal do Porto, deslocalizando essa unidade para as Devesas, em Vila Nova de Gaia, considerando que essa medida afeta não só a vida de cerca de 43 carteiros, mas também a de muitos utentes que para resolverem qualquer questão relacionada com a distribuição, terão que se deslocar a Vila Nova de Gaia.

Quis saber se a Câmara Municipal do Porto tem mais alguma informação sobre aquela matéria, se houve alguma garantia por parte da Administração dos CTT, relativamente ao fecho daqueles códigos postais, e se a Autarquia tem condições para impedir que aquele serviço mude para as Devesas.

A Senhora Deputada Joana Rodrigues (CDU) disse que acompanhava a preocupação apresentada pelo Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro.

Referiu-se aos danos provocados com a privatização dos CTT e aos prejuízos causados à população em geral, com o encerramento de agências e postos de correios por todo o País.

Considerou que ao Estado cabe a responsabilidade de garantir que os serviços postais sejam assegurados a toda a população em condições de igualdade, e às autarquias,



municípios e juntas de freguesia, cabe denunciar os erros cometidos pelos CTT e pressionar o Governo Central para que cumpra os seus deveres naquela matéria.

Disse que, na sua opinião, é preciso resgatar os CTT e fazê-los regressar à gestão pública, sendo para isso imperioso que haja vontade política para enfrentar os interesses dos grandes grupos económicos que atualmente controlam os CTT, e para pôr cobro à política de ataque ao serviço público e aos seus trabalhadores.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PA) afirmou que o PSD continuará a pugnar na Assembleia Municipal para que a Câmara Municipal do Porto, juntamente com os demais municípios da Associação Nacional de Municípios, continue a defender e a reclamar, junto do Governo, a implementação da descentralização.

Relativamente à deslocalização do Infarmed para a cidade do Porto, disse que o seu Partido continuará a lutar para que o Estado Central cumpra a promessa de transferir aquele Instituto para a cidade do Porto até janeiro de 2019.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) voltou a abordar o tema da criação de salas de consumo assistido.

Disse que o problema do consumo de drogas a céu aberto já se arrasta há demasiado tempo, devendo, no seu entender, aquela questão ser encarada como uma emergência de saúde pública.

Deu nota que do debate que teve lugar no Rivoli sobre aquele assunto resultou uma recomendação para que se fizesse um estudo sobre a toxicodependência na cidade, estudo esse que, volvidos dois anos, não foi ainda apresentado publicamente apesar de grande parte da população do Porto concordar com a criação das salas de consumo assistido.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3. Aprovação do aditamento n.º 2 ao contrato de reabilitação de património imobiliário municipal, celebrado entre o Município do Porto e a DomusSocial.



O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) fez notar que o aditamento em apreciação faz parte de um contrato que foi aprovado no Mandato anterior. Disse que, no seu entender, aquela proposta devia vir instruída com o referido contrato para que todos, e em especial os Deputados que não integravam o anterior Mandato, pudessem ficar informados sobre todo o processo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite disse que a Mesa tomou a devida nota da chamada de atenção do Senhor Deputado, sendo que qualquer dos Senhores Deputados, quando recebe os documentos que vão ser discutidos na Assembleia Municipal, pode sempre requerer aos serviços os documentos iniciais do processo.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) deu conta que a sua intervenção referir-se-á aos pontos 3 e 4 da Ordem de Trabalhos.

Lembrou que o contrato ao qual se propõe aquele aditamento foi aprovado na Assembleia Municipal em 2016 e mereceu, na altura, os votos favoráveis do BE.

Disse que, de uma maneira geral, o seu Partido está de acordo com o tipo de intervenção que aquele contrato consubstancia, pelo que votará favoravelmente, quer o aditamento, quer os compromissos plurianuais que o concretizam, lamentando apenas que o investimento na recuperação do património imobiliário municipal continue a ser tão reduzido e manifestamente insuficiente, quer face às necessidades habitacionais da cidade, quer face às responsabilidades que o Município tem naquela matéria.

Disse que o BE entende que é urgente um maior empenhamento da Autarquia na reabilitação e na oferta pública de habitação municipal e, por isso, e para isso, é essencial conhecerem o cadastro atualizado do património imobiliário do Município.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara quando é que vai ser divulgado o inventário do património imobiliário da Câmara, tendo em conta o que prometeu no ano anterior, e qual é o número de casas municipais que estão vagas ou devolutas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira informou que o valor apresentado é apenas uma parte daquilo que se vai investir em habitação social no ano em curso.



Disse que, não havendo uma alteração no quadro de financiamento dos municípios é extraordinariamente difícil que estes possam ir para além daquela despesa, portanto, competirá ao Estado Central, uma vez que há uma folga nas contas públicas, voltar a fazer investimento em habitação social, porque as políticas sociais em matéria de habitação não podem estar apenas na mão dos municípios.

Sobre a questão da inventariação de património, disse que o trabalho que está a ser feito tem sido muito difícil, mas julga que na próxima sessão da Assembleia Municipal poderá prestar esclarecimentos sobre o que tem sido feito.

Aprovada, por unanimidade.

4. Aprovação de compromissos plurianuais da DomusSocial, EM.

Aprovada, por unanimidade.

5. Autorização do contrato de cedência temporária de terreno municipal sito na Rua de Guerra Junqueiro, à Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre.

O Senhor Deputado Luís Osório (PA) agradeceu a todas as entidades que estiveram envolvidas na solução daquele pendente, que há anos se arrastava, e que finalmente ficou resolvido.

Disse que a Associação em causa é um exemplo, tem feito um trabalho cívico magnífico, e realizado um trabalho social louvável de integração de crianças e ao nível da saúde.

Sugeriu que fosse feita uma alteração ao ponto 8 da cláusula 7.^a do contrato, no sentido de o Município autorizar a Associação a assumir a manutenção das árvores de grande porte existentes na área cedida, que, segundo o contrato, é da responsabilidade da primeira outorgante, ou seja, da Câmara Municipal do Porto.

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) subscreveu o elogio feito pelo Senhor Deputado Luís Osório.



Reconheceu que, de facto, a Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre tem feito um trabalho louvável ao longo de mais de quarenta anos, não só ao nível do movimento associativo relativo à questão da habitação, mas também ao nível do apoio social prestado aos moradores daquela zona.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) reconheceu o mérito do trabalho comunitário que aquela Associação de Moradores desenvolve bem como as atividades que promove, não obstante, não poder deixar de reparar que na proposta é referida a existência de um mini-zoo naquele espaço, sendo que aquele conceito normalmente se refere ao cativeiro de animais selvagens e não autóctones, com o qual o PAN não concorda. No entanto, na visita que efetuou ao local, teve a oportunidade de apurar que do que efetivamente se trata é de uma quinta pedagógica onde existem diversos galináceos, coelhos, entre outros, que, de acordo com a Direção da Associação são regularmente soltos e lhes são prestados os devidos cuidados médico-veterinários, sendo também realizadas importantes ações pedagógicas com as escolas.

Declarou que, esclarecidas todas as dúvidas e preocupações em relação àquele assunto, vai votar favoravelmente.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) lembrou que a origem do projeto da Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre remonta ao tempo do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), embora só tenha sido construído mais tarde.

Considerou que devia ser ponderada a possibilidade de a Autarquia pagar à Associação, e não o contrário, uma vez que é a própria Associação que zela e promove a manutenção daquele espaço municipal e de um conjunto de infraestruturas, das quais qualquer cidadão pode usufruir, ou seja, trata-se de um espaço público disponibilizado a toda a população.

Disse que a CDU vai votar favoravelmente aquela proposta.

Aprovada, por unanimidade.

6. Autorização da aquisição de prédio sito na Rua Fonte do Outeiro (parcela 39), tendo em vista a implementação do Complexo Desportivo do Outeiro.



O Senhor Deputado Alfredo Fontinha (PS) disse que o PS vai votar favoravelmente aquela proposta, porque entende que é de toda a justiça conceder à zona do Outeiro um espaço desportivo com dignidade.

Referiu que o Sporting Clube da Cruz, que celebra o seu centenário em 2019, praticou desporto durante toda a sua existência e, como IPSS que é, tem um trabalho social muito meritório, tendo também uma secção cultural onde faz teatro amador há muitos anos.

Pediu ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer se fica garantido que o Sporting Clube da Cruz vai poder continuar a exercer as suas atividades, uma vez que na proposta refere que se trata de um espaço que permite acolher, entre outras, as instalações do Sporting Clube da Cruz.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira explicou que o Sporting Clube da Cruz está instalado em terrenos privados e que para o Município poder intervir na reestruturação das suas instalações tem que adquirir aqueles terrenos, portanto, aquilo que se propõe à Assembleia Municipal é que autorize a Câmara a adquirir uma parcela de terreno, sita na Rua Fonte do Outeiro.

Disse que o Sporting Clube da Cruz irá usufruir das instalações daquele complexo desportivo sempre que precisar, ficando a PortoLazer com a possibilidade de, quando o Clube não necessitar do espaço, poder gerir o banco de horas e ceder aquelas infraestruturas a outras instituições, vocacionadas para o desporto amador, para que façam uso delas.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Machado disse que o Sporting Clube da Cruz, fundado em 19 de maio de 1919, já tem aquele espaço arrendado desde 1927, e as infraestruturas que lá existem foram feitas pelos próprios sócios da altura.

Deu conta que desde a década de noventa, quando era Vereador o Eng.º Armando Pimentel, que há um projeto previsto para aquele espaço que, por questões várias, como as partilhas dos vários proprietários, problemas com a UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, até à inconstância que os próprios proprietários iam tendo relativamente às soluções urbanísticas propostas, foi sendo sempre adiado.



Quis saber qual o motivo que levou a Câmara Municipal a mudar a estratégia que estava definida há vários anos, isto é, a permuta de terrenos através de uma perequação; qual o valor global daquela obra, uma vez que a construção daquela infraestrutura foi avaliada em 1,5 milhões de euros, que já foram despendidos com a aquisição de duas parcelas, faltando ainda adquirir uma parcela; e, por último, se o Sporting Clube da Cruz vai poder continuar a utilizar o campo de futebol nas mesmas condições que sempre utilizou.

Disse que o PSD votou contra aquela proposta na reunião de Câmara, exatamente por não ter a certeza de que os interesses do Sporting Clube da Cruz estão devidamente salvaguardados, pelo que a sua bancada ponderará a sua votação em função das respostas do Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira explicou que não foi possível avançar com aquele negócio por perequação porque nem sempre os proprietários estavam de acordo em simultâneo, por isso a Câmara concluiu que a forma mais razoável de fazer aquela operação era através da aquisição. Para além disso, o Município fica com uma parte dos terrenos disponível para, se quiser, construir habitação a preços controlados.

Quanto ao investimento total, informou que o valor estimado para a aquisição dos terrenos e para a execução do projeto rondará os 4,5 ou os 5 milhões de euros.

Em relação às condições de utilização do campo de futebol por parte do Sporting Clube da Cruz, disse que será feita uma proposta, na qual vão ser definidas as condições, que será oportunamente apresentada à Assembleia Municipal.

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) considerou que o Sporting Clube da Cruz é uma entidade importantíssima na implementação do desporto naquela zona da cidade e que, de facto, as suas instalações necessitam de uma requalificação profunda.

Disse que é fundamental que os direitos de fruição daquela infraestrutura por parte do Sporting Clube da Cruz fiquem devidamente acautelados.

Aprovada, por maioria, com 39 votos a favor (RM, PS, CDU, BE e PAN), 1 voto contra (PA) e 5 abstenções (PA).



O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Machado deu conta que a abstenção do seu Partido tem a ver com o facto de não terem ficado absolutamente garantidas ao Sporting Clube da Cruz as condições de utilização daquele espaço.

Disse que vai apresentar uma declaração de voto por escrito.

7. Aprovação da isenção de pagamento de taxas que se mostrem devidas pela colocação de suportes publicitários e da minuta de contrato à Cinema Novo, CRL para produção da 38.ª Edição do Festival Internacional de Cinema do Porto – Fantasporto 2018.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse que a sua intervenção compreende os pontos 7 e 8 da Ordem de Trabalhos.

Considerou que os critérios de avaliação dos pedidos formulados pelas entidades em causa são pouco claros e incoerentes.

Disse que, tendo em conta que se trata de apoios em prol da cultura, vai votar favoravelmente as duas propostas, embora considere que está em falta uma política consistente ao nível cultural.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira explicou que o apoio à Porto Filme Commission foi visado pelo Pelouro da Economia por se tratar de uma isenção de uma taxa e licenças, enquanto que o apoio à Cinema Novo diz respeito ao patrocínio para a realização do Fantasporto, pelo que é visado pelo Presidente da Câmara que é o responsável pelo Pelouro da Cultura.

Relativamente ao filme do João Salaviza “Russa”, disse que a Câmara, no âmbito do Cultura em Expansão, convidou uma pessoa para participar ativamente e com total liberdade de ação e pensamento numa filmagem na cidade do Porto, e que, por conseguinte, o João Salaviza teve inteira liberdade, tanto do ponto de vista cultural, como do ponto de vista político.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) fez notar que o BE nunca pôs em causa a obra de João Salaviza, nem a realização do filme “Russa”, mas a apropriação



que é feita que se traduz numa imagem que, se for confrontada com o abandono e a degradação a que está atualmente votado o Aleixo, torna confrangedor olhar para aquela fotografia.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira aconselhou a Senhora Deputada do BE a rever a sua posição que considerou verdadeiramente fascizante.

Disse que as pessoas que participaram no filme fizeram-no contando a sua história de vida, foram convidadas a deslocarem-se a Berlim e aceitaram o convite de livre vontade.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) pediu a palavra para fazer uma defesa da honra, dizendo que foi utilizada uma retórica de inversão das palavras que proferiu naquela Assembleia Municipal.

Disse que o BE apenas expôs uma preocupação que tem a ver com a maneira como foi utilizado um espaço e uma criação artística que foi promovida pela Câmara Municipal, mas que não foi criada pela Câmara, e que contrasta com aquilo que é a realidade de um bairro que está ao abandono.

Aprovada, por unanimidade.

8. Aprovação da isenção de pagamento de taxas que se mostrem devidas no decurso da produção da longa-metragem "SNU", à produtora Sky Dreams Entertainment, Lda., no montante máximo de 2.750€, e da minuta de contrato.

Aprovada, por unanimidade.

9. Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira leu a síntese da execução orçamental e da atividade financeira do Município, referindo que, por estar a decorrer o encerramento de contas de 2017, deve ser entendida como previsional.



O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) disse que a informação que o Senhor Presidente da Câmara acabou de ler devia ter sido enviada ao Senhor Presidente da Mesa, por escrito, com cinco dias de antecedência, para ser distribuída atempadamente aos membros da Assembleia Municipal.

Mostrou-se satisfeito com a notícia de que o Tribunal de Contas já deu o aval para se poder dar início às obras do Mercado do Bolhão.

Deu conta de uma carta que recebeu da Associação do Comércio Tradicional Bolha d'Água, questionando se já existe uma data prevista para o encerramento dos estabelecimentos comerciais no interior e no exterior do mercado, para o pagamento das indemnizações acordadas com os comerciantes que vão cessar a atividade e para o pagamento das compensações aos comerciantes que vão continuar a sua atividade.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se já tem respostas para aquelas questões.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que não tinha conhecimento que a informação trimestral da atividade do Município tinha que ser enviada cinco dias antes à Assembleia Municipal, no entanto, se é isso que o Senhor Deputado pretende o Senhor Diretor Municipal de Finanças tomará providências para que, no futuro, assim aconteça.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) disse que a questão é que a informação que o Senhor Presidente acabou de prestar é de tal forma rica e completa, que, para permitir uma interação, era importante que a sua intervenção tivesse sido distribuída previamente, para além de que a Lei assim o diz.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira assumiu o compromisso de, no futuro, dar conhecimento da informação trimestral com a antecedência prevista na lei, mas, nesse caso, considerou que não faz sentido estar a lê-la na própria sessão.

Disse que, na sua opinião, deviam definir um *modus faciendi* que não lhe limite a possibilidade de prestar algumas informações que julgue pertinentes.

Informou que não teve conhecimento da carta da Associação do Comércio Tradicional Bolha d'Água, no entanto aquilo que pode dizer é que, uma vez obtido o visto do Tribunal



de Contas relativamente à empreitada, irão dar início ao pagamento das indemnizações e das compensações.

Quanto ao início das obras, disse que estão dependentes do visto do Tribunal de Contas relativamente à empresa GoPorto, que é quem vai operar o Mercado Temporário.

O Senhor Deputado Belmiro Magalhães (CDU) considerou importante ver confirmados os passos a ser percorridos no processo de requalificação do Mercado do Bolhão. Disse que a CDU continuará a procurar influenciar positivamente aquele processo e a defender, em coerência, as posições que sempre defendeu relativamente à requalificação daquele Mercado.

Referiu-se, mais uma vez, à questão dos transportes públicos, e mais concretamente à STCP, lamentando não existir ainda um plano de mobilidade. Perguntou qual é o ponto de situação do processo de municipalização da STCP, no que diz respeito à assunção de responsabilidades por parte do Município na direção da empresa, e se já existe alguma estratégia de atuação. Disse que a CDU defende que a STCP deve continuar a ser uma forte empresa pública, que preste um serviço público de qualidade e que chegue a cada vez mais utentes, ou seja, na sua opinião, a STCP deve ser o operador interno de toda a Área Metropolitana do Porto.

Pediu ao Senhor Presidente da Câmara para dizer o que pensa sobre o desconto social que existe nos transportes públicos em Lisboa para os cidadãos com mais de 65 anos e o passe gratuito para as crianças até aos 12 anos de idade.

Quis saber como está a decorrer o processo da limpeza pública, em que condições é que estão a ser prorrogados os contratos de concessão, como está o processo de dotação da Empresa Municipal em termos de recursos humanos e técnicos e quais os critérios e em que condições é que se vai proceder às contratações para os serviços de varredura.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira sobre a reabilitação do Bolhão disse que já estava feito o projeto, já se tinha negociado com os comerciantes e já se tinha executado tudo o que era necessário fazer no espaço público exterior.



Explicou, de novo, que a STCP não foi municipalizada, a STCP continua a ser uma empresa pública do Estado, sob gestão intermunicipal em que participam os seis municípios onde a STCP opera, mantendo o Estado a sua gestão financeira.

Informou que a nova Administração tomou posse há poucas semanas e que, logo que a casa esteja arrumada e tudo esteja definido, se for do consenso geral, o Presidente da STCP estará presente numa sessão da Assembleia Municipal para prestar os esclarecimentos que julgar pertinentes.

Em relação às concessões, disse que esse é um problema da Área Metropolitana do Porto, ou seja, é uma questão que tem que ser resolvida no âmbito da Área Metropolitana e não no da STCP ou no da Câmara Municipal do Porto, mas que uma coisa é certa: o Município não vai abrir mão da exclusividade que a STCP tem na cidade do Porto.

Quanto à questão da bilhética, disse que atualmente ela está sob a alçada da TIP, mas o que se pretende é que ela passe a ser da Área Metropolitana. Disse, ainda, que a Câmara Municipal não tem competência para aplicar uma tarifa social sobre os transportes, o Governo é que decide os descontos sociais a atribuir.

Sobre a recolha de resíduos urbanos, informou que os serviços já estão a ser internalizados, está a fazer-se o *phase out* das concessões, e muito brevemente a Autarquia assumirá o controlo da recolha. Em relação à varredura, disse que já foi lançado um concurso de prestação de serviços, ou seja, a limpeza pública não vai ser concessionada, vai ser externalizada.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) relativamente à assunção da coordenação dos NPISA – Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo no Porto por parte da Câmara Municipal do Porto, quis saber qual é o ponto de situação do plano estratégico municipal para apoio às pessoas sem-abrigo.

Lembrou que o Decreto-Lei que estabelece o regime de atribuição de tarifa social para a prestação dos serviços de águas foi publicado há dois meses e determina que a adesão dos municípios “é voluntária, mediante deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal” e que a sua atribuição “é automática, não carecendo de pedido ou requerimento dos interessados”. Perguntou se a referida tarifa social vai ser aplicada ou não no município do Porto.



Referiu que, há cerca de um ano, a Câmara Municipal celebrou com o Instituto Politécnico do Porto um contrato de cedência de um espaço na antiga Fábrica da Rua da Alegria, que tinha como objetivo acolher diversas companhias artísticas para ali realizarem os seus ensaios, no entanto esse objetivo nunca foi cumprido. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer aquela questão.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira relativamente à questão da Associação Bolha d'Água, disse que, em Portugal, o associativismo é livre, portanto, é perfeitamente legítimo que a Associação manifeste um interesse generalizado relativamente a todos os comerciantes, mas a opção do Município foi negociar individualmente com cada um deles, podendo dizer-se que foi uma estratégia de sucesso.

Sobre a questão dos sem-abrigo e do Hospital Joaquim Urbano, informou que foi aprovado em reunião de Câmara um reforço das competências no âmbito daquela unidade hospitalar e tem estado a ser planeada uma estratégia para apoio aos cidadãos sem-abrigo por um conjunto de municípios e pela Presidência da República.

Quanto à Fábrica da Rua da Alegria, explicou que o Instituto Politécnico do Porto manifestou a sua preocupação por ter que abandonar as instalações da Fábrica da Rua da Alegria, por não ter cumprido o objetivo estipulado no contrato, pelo que a Câmara cedeu uma escola que estava desativada para que aquela entidade crie salas de ensaio para disponibilizar às companhias artísticas.

Disse que o problema da carência de salas de ensaio ficará resolvido quando o Mata-douro Municipal estiver concluído, uma vez que, na parte que cabe ao Município, haverá uma área significativa que terá esse destino.

O Senhor Deputado Alberto Araújo Lima (PA) confirmou que a informação trimestral é de carácter obrigatório, que deve ser entregue por escrito, o que não invalida que depois o Senhor Presidente da Câmara adicione os comentários que considerar pertinentes.

Disse que, no trimestre que estão a avaliar, há três áreas que se destacam pela negativa: uma é a questão do trânsito, que necessita de uma reestruturação e de uma reorganização, não só dentro da cidade do Porto, mas também a nível metropolitano; outra, a área social, que tem a ver com a questão dos sem-abrigo e da toxicodependência; e outra



ainda, a área fiscal, que diz respeito à política dos direitos de preferência e a algum intervencionismo levados a cabo pela Câmara Municipal.

Perguntou se já houve alguma evolução relativamente à situação do Teatro Sá da Bandeira.

Referindo-se às comissões de avaliação que foram criadas, que, no seu entender, são importantes para um trabalho consequente e de terreno na cidade, quis saber qual o ponto de situação da delegação das competências nas Freguesias e das questões relacionadas com a toxicodependência.

Pediu ao Senhor Presidente da Câmara para informar se já existe alguma previsão da data de conclusão da revisão do PDM.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira relativamente à situação do Sá da Bandeira disse que, como é do conhecimento geral, a Câmara Municipal exerceu o direito de preferência, tendo em vista a aquisição daquele imóvel, e remeteu o processo para o Tribunal de Contas, tendo, em simultâneo, enviado à DRCN – Direção Regional de Cultura do Norte uma candidatura para classificação da sala de espetáculos e das áreas adjacentes, impedindo, assim, que seja dado um objeto diferente àquele espaço. Disse ainda que o processo tem sofrido sucessivos atrasos pelo facto de nem todos os proprietários, cerca de quarenta, terem feito a habilitação de herdeiros ou não terem apresentado declaração de isenção de dívidas ao Estado, requisitos exigidos pelo Tribunal de Contas.

Sobre a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, disse que foi criada uma comissão, constituída por um membro de cada força política com assento na Assembleia Municipal, que crê que em breve apresentará uma proposta com um conjunto de competências a delegar naqueles órgãos executivos.

Relativamente ao PDM, informou que a legislação mudou, passando a ser obrigatórios um conjunto de pareceres que não vieram, ainda, das autoridades pertinentes, por isso, vai propor na reunião de Câmara seguinte a aprovação de um pedido de prorrogação do prazo, que terá que ser publicado em Diário da República antes de 24 de março de 2018.



A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) pediu ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que colocou anteriormente, uma das quais diz respeito ao problema dos sem-abrigo e à forma como a estratégia nacional se traduz no plano municipal do ponto de vista orçamental. Perguntou se o Município não tem verba disponível para assegurar o apoio aos sem-abrigo.

A outra questão sobre a qual não obteve resposta foi sobre se a tarifa social da água vai ser aplicada ou não no município do Porto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira disse que o impacto sobre a tarifa social de água está a ser avaliado pela Águas do Porto, pelo que não tem ainda uma resposta para dar.

O Senhor Vereador do Pelouro da Habitação e Coesão Social, Fernando Paulo Sousa disse que, de facto, a Câmara passou a coordenar o NPISA, tendo sido já assinado um acordo de parceria com as várias entidades parceiras, que vão reunir brevemente para desenvolver o respetivo plano de ação.

Deu nota que se realizaram já algumas reuniões de trabalho em que estiveram presentes o Senhor Presidente da República, as Câmaras Municipais do Porto e de Lisboa e algumas organizações não-governamentais, e ainda o Conselho Diretivo da Segurança Social e a Senhora Secretária de Estado da Segurança Social.

Informou que a Câmara Municipal do Porto constituiu ainda no mandato anterior uma equipa multidisciplinar, tendo em vista melhorar os processos de identificação, de acompanhamento e de encaminhamento das pessoas em situação de sem-abrigo, considerando fundamental dar prioridade à intervenção junto das pessoas que vivem na rua.

Disse que se tem realizado um trabalho intenso, em articulação com a Segurança Social e com as Juntas de Freguesias, estando criadas as condições necessárias para intervir no sentido de melhorar as condições de vida daquela população desfavorecida e para encontrar as respostas adequadas para o trabalho multissetorial que tem que ser desenvolvido.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNÍCIPES

Os munícipes inscritos já não se encontravam presentes.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite submeteu à votação a **Minuta da Ata**, que foi **aprovada, por unanimidade**, declarando encerrada a sessão, era 1h00.

O Presidente da Mesa

Miguel Pereira Leite

A 1.ª Secretária da Mesa

Paula Ribeiro de Faria